

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EM REAIS)

Ativo	Nota	2019	2018 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.365.745	85
Contas a receber - Contrato de ge	5	5.056.349	5.299.23
Estoques	6	1.940.481	
Créditos diversos		66.320	
Total ativo circulante		17.428.895	5.300.09
Não circulante			
Imobilizado	7	8.969	
Total ativo não circulante		8.969	
Total do ativo		17.437.864	5.300.09

Passivo	Nota	2019	2018 (não auditado)
Circulante			
Fornecedores	8	2.990.791	
Obrigações trabalhistas	9	5.078.782	
Obrigações tributárias		87.312	
Outras contas a pagar	10	6.349.109	4.228.49
Total do passivo circulante		14.505.994	4.228.49
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	2.497.398	85
Superávit acumulado		434.472	1.070.74
Total do patrimônio líquido		2.931.870	1.071.59
Total do passivo e patrimônio líquido		17.437.864	5.300.09

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (não auditado)		-	856	856
Incorporação do superávit do exercício		856	(856)	-
Superávit do exercício		-	1.070.742	1.070.742
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)		856	1.070.742	1.071.598
Incorporação do superávit do exercício	12 (a)	1.071.598	(1.071.598)	-
Incorporação do patrimônio de transição do contrato de gestão	12 (b)	1.424.944	-	1.424.944
Superávit do exercício		-	435.328	435.328
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.497.398	434.472	2.931.870

Demonstrações dos fluxos de caixa				
	Nota	2019	2018 (não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Superávit do exercício		435.328	1.070.742	
Ajustado por :				
Receita de doações de ativos imobilizado	14.5	(2.120)	-	
Depreciação	7	771	-	
(Aumento)/redução nos ativos em :				
Contas a receber - Contrato de gestão	5	242.886	(5.299.235)	
Estoques	6	(515.537)	-	
Créditos diversos		(66.320)	-	
Aumento/(redução) nos passivos em :				
Fornecedores	7	2.990.791	-	
Obrigações trabalhistas	9	5.078.782	-	
Obrigações tributárias		87.312	-	
Outras contas a pagar	10	2.120.616	4.228.010	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		10.372.509	(483)	
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Ativo imobilizado	7	(7.620)	-	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.620)	-	
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		10.364.889	(483)	
Demonstração do aumento (redução) líquida do caixa equivalente de caixa				
No início do exercício	4	856	1.339	
No fim do exercício	4	10.365.745	856	
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		10.364.889	(483)	
Transações que não envolveram caixa				
Atividades de investimento				
Doações de ativos imobilizado	7	(2.120)	-	
Atividades de investimento				
Incorporação do patrimônio de transição do contrato de gestão	12b	1.424.944	-	

Demonstrações do resultado				
	Nota	2019	2018 (não auditado)	
Receitas operacionais líquidas				
Receitas contrato de gestão	13	63.590.818	5.299.23	
Trabalhos voluntários	3.k(iii)	-	10.001	
Custos operacionais				
Pessoal e encargos	14.1	(27.550.768)	(1.922.188)	
Serviços profissionais	14.2	(18.599.693)	(1.536.543)	
Materiais e medicamentos	14.3	(10.658.668)	(769.454)	
Gerais e administrativas	14.4	(6.554.511)	(3.746)	
Depreciação e amortização		(771)	-	
Impostos taxas e contribuições		(66.480)	(560)	
Trabalhos voluntários	3.k(iii)	-	(10.000)	
Outras receitas operacionais	14.5	93.710	3.991	
		(63.337.181)	(4.238.493)	
Superávit operacional antes do resultado financeiro		253.637	1.070.74	
Resultado financeiro, líquido				
Receitas financeiras	14	210.324	-	
Despesas financeiras	14	(28.632)	-	
		181.692	-	
Superávit do exercício		435.328	1.070.74	

Demonstrações do resultado abrangente		
	2019	2018 (auditado)
Superávit do período	435.328	1.070.742
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	435.328	1.070.742

Notas explicativas às demonstrações contábeis
(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade" ou "ASELC"), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o Nº 09.055.340/0001-94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará nº 2.104.

Em 04 de dezembro de 2018 foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção ("HRPA") por meio do Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 - Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023. Em 06 de dezembro de 2018, considerando a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, o Governo do Estado do Pará, publicou o ofício nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu um período de até 60 dias para transição do contrato de gestão. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria entre a ASELC e a entidade antecessora responsável pela gestão do HRPA, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019. O primeiro recurso recebido pela ASELC ocorreu em 06 de fevereiro de 2019, e em virtude da ASELC não ter recebido nenhum recurso financeiro do Governo do Estado, e por estar dentro do período de transição, a ASELC não contratou serviços de auditoria externo para o exercício de 2018. Os custos da transição foram contabilizados com base nos Ofícios Nº 0005/2019-IDESMA-OSS, 0010/2019-IDESMA-OSS, 0014/2019 - IDESMA-OSS e 0020/2019 - IDESMA-OSS, relatórios e documentos que os acompanham.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPA. A prestação de contas é apresentada de forma mensal a SESPA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada versus produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 09 de junho de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão na seguinte nota explicativa:

Estimativas e premissas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

· **Nota explicativa nº 3.d.(ii)** - Vida útil estimada do ativo imobilizado

· **Nota explicativa nº 10** - Provisão para contingências.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EM REAIS)

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequente, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber - Contrato de Gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual são registradas de acordo com seu período de competência.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

d. Imobilizado - ASELC

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar o patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará - SESPA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Móveis e máquinas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Imobilizado - Poder público

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA). Para fins de atendimento à Secretária do Estado de Saúde do Pará, a Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação "bens em comodato".

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela concessionária, necessários à prestação do serviço público, que deverão ser devolvidos ao poder concedente quando do término do contrato de gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos.

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará devendo a Entidade entregar a Secretária de Saúde do Estado do Pará SESPA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

f. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (não auditado), a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante o exercício de 2019 e 2018 (não auditado), a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade: caixa e equivalentes de caixa. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2019 e 2018 (não auditado).

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

h. Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

j. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

k. Reconhecimento da receita

(i) Contratos de Gestão

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência, por valor determinado, através do Contrato de Gestão firmado com a Secretária de Estado de Saúde do Pará (SESPA) em 07 de dezembro de 2018, quando a entidade assumiu a gestão e operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia - HRPA.

(ii) Receitas - Contratos de locação

A Entidade dentro do curso normal das operações do contrato de gestão, explora a locação de espaços dentro do unidade hospital para terceiros. A receita de locações é reconhecida *pro rata temporis* em função da vigência do contrato de locação.

(iii) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do período como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1). Em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade, e 31 de dezembro de 2018 a receita com trabalhos voluntários foi de R\$ 10.000.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

m. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

o. Principais mudanças nas políticas contábeis

Uma série de outras novas normas também entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Entidade, conforme descritas abaixo:

CPC 06(R2) - Arrendamentos

A Entidade aplicou o CPC 06(R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

No início de um contrato, a Entidade avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor (ativos com valor inferior à US\$ 5 mil), e/ou (ii) são arrendamentos de curto prazo (com prazo inferior à 12 meses), incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Avaliação da administração

Com base na avaliação da Administração, no estudo da aplicabilidade e nos critérios da norma estabelecida, em 1º de janeiro de 2019, pela adoção do CPC 06(R2), a Entidade chegou à conclusão de que os impactos foram imateriais, fazendo com que não haja nenhum ajuste nesta demonstração financeira.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

A Administração da Entidade conduziu análises do ponto de vista de entidade jurídica constituída, visto que é uma Entidade sem finalidade de lucro, e usufrui de determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária, como o art. 15 da Lei nº 9.532/97 que prevê a isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem finalidade de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 15. Após as análises concluiu que não possui procedimentos tributários incertos, não havendo ajustes relacionado ao ICPC 22 em sua Demonstração Financeira

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018 (não auditado)
Fundo fixo	923	856
Banco conta movimento	230.515	-
Aplicações financeiras	10.134.307	-
	10.365.745	856

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2019 foi de 105% do CDI% a.a..

5 Contas a receber - Contrato de gestão

	2019	2018 (não auditado)
Contas a receber - custeio	5.056.349	5.299.235

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EM REAIS)

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará - SESPA, para a operacionalização nas atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

	2019	2018 (não auditado)
Vencidos		
Até 30 dias	5.056.349	5.299.235

A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada em virtude de estar em fase processual junto à Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Pará para os recebimentos dos montantes em aberto, que foram devidamente recebidos ao início de 2020.

6 Estoques

	2019	2018 (não auditado)
Estoque		
Material médico hospitalar	849.355	650.471
Medicamentos	650.471	213.522
Almoarifado	144.505	144.505
Material de engenharia clínica	82.628	82.628
Estoques gerais	<u>1.940.481</u>	

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2019 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

(a) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 06 de dezembro de 2018, foi feito o ofício nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu um período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019. Após o encerramento do Termo de Parceria, o total de estoques na data foi transferido a Entidade, com a incorporação ao patrimônio social do valor recebido no processo de transição referente a saldo em estoque no valor de R\$ 1.424.944.

7 Imobilizado

	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-
Doações patrimônio (a)	2.120	-	2.120
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	<u>5.170</u>	<u>2.450</u>	<u>7.620</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.290	2.450	9.740
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-
Depreciação e amortização no período	<u>(608)</u>	<u>(163)</u>	<u>(771)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(608)	(163)	(771)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	6.682	2.287	8.969

(a) As doações de patrimônio foram realizadas por pessoas físicas, em equipamentos (bens)

(b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do CEP - Centro de Ensino e Pesquisa. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino, para concessão de estágios.

8 Fornecedores

	2019	2018 (não auditado)
Fornecedores		
Material e medicamentos	1.055.869	1.934.922
Serviços médicos contratados	<u>2.990.791</u>	

9 Obrigações trabalhistas

	2019	2018 (não auditado)
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados a pagar	1.247.339	3.831.443
Provisão para 13º salário, férias e encargos sociais (a)	<u>5.078.782</u>	

(a) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 - Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018, no processo de sucessão do Contrato de gestão não ocorreu sub-rogação da sucessão trabalhista, as verbas indenizatórias foram devidamente quitadas, pela Entidade anterior, de acordo com a competência do encerramento contratual.

10 Outras contas a pagar

	2019	2018 (não auditado)
Outras contas a pagar		
Concessionárias de água e energia elétrica	88.549	-
Transição Gestão HRP (a)	6.244.394	4.228.493
Demais contas a pagar	<u>16.166</u>	
	<u>6.349.109</u>	<u>4.228.493</u>

(a) Em 06 de dezembro de 2018, considerando a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, interesse público na manutenção da prestação de Serviço Público essencial de saúde, foi feito o ofício nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu um período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELC assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do HRP sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMIA ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do HRP, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pela IDESMIA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELC, que protocolou ofício junto a SESPA solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição junto ao Poder Concedente.

11 Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Entidade não possui nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possui nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

12 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social
O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e/ou déficits acumulados. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio social da Entidade passou a ser R\$ 2.497.398, decorrente da incorporação do superávit acumulado de 2018 no valor de R\$ 1.071.598 e pela Incorporação do patrimônio de transição do contrato de gestão no valor de R\$ 1.424.944.

b. Incorporação do patrimônio de transição do contrato de gestão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 06 de dezembro de 2018 considerando a proximidade entre a homologação do resultado da Organização Social de Saúde (OSS) vencedora, transição de Governo do Estado, interesse público na manutenção da prestação de Serviço Público essencial de saúde, foi feito o ofício nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu um período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019. Após o encerramento do Termo de Parceria, o total de estoques na data foi transferido a Entidade, com a incorporação ao patrimônio social do valor recebido no processo de transição referente a saldo em estoque no valor de R\$ 1.424.944.

c. Remuneração da Administração

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

13 Receitas de contrato de gestão

	2019	2018 (não auditado)
Receitas de contrato de gestão		
Receita Contrato de gestão - Estadual (a)	63.590.818	5.299.235

(a) A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 - Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e termino em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

14 Custos operacionais

	2019	2018 (não auditado)
14.1 Pessoal e encargos		
Salários e ordenados	16.192.415	1.167.707
Férias, 13º salário, encargos sociais, e rescisão trabalhistas	5.226.401	312.854
Encargos sociais	6.119.952	441.627
Benefícios sociais à funcionários	<u>12.000</u>	-
	<u>27.550.768</u>	<u>1.922.188</u>

14.2 Serviços profissionais

	2019	2018 (não auditado)
Serviços profissionais		
Honorários médicos (a)	17.772.226	1.332.790
Serviços técnicos contratados (b)	<u>827.467</u>	<u>203.753</u>
	<u>18.599.693</u>	<u>1.536.543</u>

(a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento.

(b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

14.3 Materiais e medicamentos

	2019	2018 (não auditado)
Materiais e medicamentos		
Drogas e medicamentos	3.424.598	243.131
Custos gerais de materiais hospitalares	2.768.420	213.602
Material uso do paciente	2.361.781	176.571
Gêneros alimentícios	665.534	39.807
Material de limpeza e descartáveis	486.617	30.568
OPME - Órtese, prótese e materiais especiais	<u>951.718</u>	<u>65.775</u>
	<u>10.658.668</u>	<u>769.454</u>

14.4 Gerais e administrativas

	2018 (não auditado)	2019
Gerais e administrativas		
Serviços terceirizados	1.953.579	1.785.689
Despesas manutenção	-	1.148.415
Despesas fixas - energia e telefone	-	445.907
Despesa administrativas	-	747.765
Despesas com informática	-	110.109
Despesas com viagens e hospedagens	-	145.144
Locação de veículos	-	47.457
Locação de bens imóveis	-	82.015
Outros custos	-	<u>88.431</u>
Outras despesas	-	<u>6.554.511</u>
	-	<u>17.746</u>

14.5 Outras receitas operacionais

	2019	2018 (não auditado)
Outras receitas operacionais		
Doação de associados	308	3.998
Receita de espaço - locação lanchonete	11.794	-
Convênio de estágios	15.477	-
Doações recebidas de terceiros (a)	<u>66.131</u>	-
	<u>93.710</u>	<u>3.998</u>

(a) As doações recebidas de terceiros, registram as doações das Secretarias Municipais de Redenção e Rio Maria, fornecedores e pessoas físicas, que realizam doação de materiais e equipamentos de uso no hospital. As doações recebidas pelas Entidade são reconhecidas no resultado do exercício de acordo o mês de competência do recebimento, os valores recebidos por doações e empenhados no recurso o qual foi destinado em benefício ao hospital.

15 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELCOSS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EM REAIS)

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

Com relação à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), o art. 13, IV, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 estabelece que as entidades de fins não lucrativos, que tenham empregados assim definidos pela legislação trabalhista, contribuirão para o Fundo com base na folha de salários, à alíquota de 1%.

Adicionalmente, o art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 instituiu a hipótese de isenção da Contribuição Social ou Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das associações, entre outras instituições.

Para fruição do regime menos oneroso de recolhimento da contribuição ao PIS, bem como para a outorga da isenção da COFINS, o contribuinte deverá observar os mesmos requisitos estabelecidos para a concessão da isenção concernente ao IRPJ e à CSLL, previstos no art. 15 da Lei nº 9.532/97, relacionados anteriormente.

16 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios de 2019 e 2018 a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Descrição	Classificação	2019		2018 (não auditado)	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa 856	Ativos financeiros ao custo amortizado		10.365.745	10.365.745	856
Contas a receber - Contrato de gestão	Passivos financeiros ao custo	5.056.349	5.056.349	-	-
Fornecedores	Passivos financeiros ao custo	2.990.791	2.990.791	-	-
	Passivos financeiros ao custo				
Outras contas a pagar		6.349.109	6.349.109	4.228.493	4.228.493

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

17 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

18 Eventos subsequentes

Em março de 2020 foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Entidade tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Até o momento da divulgação da demonstração financeira, não foi observado nenhum impacto relevante e significativo capaz de alterar a mensuração dos ativos e passivos da Entidade para as demonstrações financeiras referentes ao

exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Dentre a classificação das atividades da Entidade é de caráter essencial, ainda não é possível mensurar os eventuais futuros impactos financeiros e econômicos que o Covid-19 possa causar no orçamento com um todo, a Entidade vem tomando medidas para reduzir os impactos: trabalho remoto e em rodízio de escala para os profissionais administrativos, distribuição de equipamentos de proteção e orientação aos funcionários.

* * *

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaise
Contadora
CRC PA 008315-O/5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Associados e Administradores da
Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
Belém-PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 09 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Ranieri Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3